

卷宗編號: 1101/2018  
日期: 2020 年 05 月 07 日  
關鍵詞: 說明理由、自由裁量權、適度原則

**摘要：**

- 根據《行政程序法典》第 114 條第 1 款 c)項之規定，當作出與利害關係人所提出之要求或反對全部或部分相反之決定之行政行為，須說明理由。
- 而根據《行政程序法典》第 115 條第 1 款之規定，說明理由應透過扼要闡述有關決定之事實依據及法律依據，以明示方式作出；說明理由亦得僅透過表示贊成先前所作之意見書、報告或建議之依據而作出，在此情況下，該意見書、報告或建議成為有關行為之組成部分。
- 刑事記錄被取消並不妨礙行政當局以申請人有犯罪前科為由不批准有關居留許可申請。而有關決定屬行政當局的自由裁量權範圍，故相關決定只有在出現權力偏差、明顯的錯誤或絕對不合理的情況下才受司法監督審查。
- 根據《行政程序法典》第5條第2款之規定，“行政當局之決定與私人之權利或受法律保護之利益有衝突時，僅得在對所擬達致之目的屬適當及適度下，損害該等權利或利益”。
- 上述原則的出現是為了避免行政當局濫權，不當及過度地損害市民的合法權益。
- 在司法上訴人的個人利益(家庭團聚)和公共利益(公共安全及秩序)之間，被訴實體以後者作為優先考慮因素的做法並無任何可指責之處，因此，不存在違反適度原則之說。

裁判書製作人

何偉寧

## 司法上訴裁判書

卷宗編號: 1101/2018  
日期: 2020 年 05 月 07 日  
司法上訴人: A  
被訴實體: 澳門保安司司長

\*

### 一.概述

司法上訴人 A，詳細身份資料載於卷宗內，不服澳門保安司司長於 2018 年 10 月 12 日不批准其居留許可申請之決定，向本院提出上訴，理由詳載於卷宗第 2 至 16 頁，有關內容在此視為完全轉錄<sup>1</sup>。

<sup>1</sup> 司法上訴人的上訴結論如下：

本司法上訴所針對的標的為保安司司長於 2018 年 10 月 12 日所作出之批示，該批示內容為不批准上訴人提出之居留許可申請的決定。

1. 上訴人認為被上訴實體的批示存在欠缺說明理由，錯誤適用法律及違反適度原則而應被宣告撤銷。
2. 從保安司司長上述批示內容可見，行政當局是根據上訴人的香港警務處簽發的函件編號 CNCC06926/18，指出上訴人在香港有刑事犯罪前科，表明上訴人所犯的罪行對本地區的公共安全及秩序構成潛在威脅且對其今後遵守澳門法律缺乏信心，因此，根據第 4/2003 號法律第 9 條 2 款 1 項之規定，決定不批准有關居留許可之申請。
3. 上訴人除了應有的尊重外，實不認同，被上訴批示中只是指出“...申請人所犯的罪行對本地區的公共安全及秩序構成潛在威脅且對其今後遵守澳門法律缺乏信心...”，然而，當中並沒有明確指出或說明上訴人今後如何對遵守法律缺乏信心或上訴人如何對公共安全構成威脅，
4. 換句話說，被上訴批示中並沒有指出任何事實或依據證明上訴人今後會再次不遵守法律從而對其遵守法律缺乏信心，亦沒有指出任何事實情況在將來會對澳門公共安全構成影響。
5. 因此，對於被上訴實體的說明理由依據，正如《行政程序法典》第 115 條第 2 款規定，採納含糊、矛盾或不充份之依據，而未能具體解釋作出該行為之理由，等同於無說明理由。
6. 明顯地，被上訴實體的決定中，其說明理由依據部份是存在不充份或沒有實質之事實依據支持其作出有關決定的原因。
7. 因此，被上訴批示違反了澳門《行政程序法典》第 114 條第 1 款 c) 項及第 115 條之規定；應根據澳門《行政程序法典》第 124 條之規定應撤銷上述被上訴批示。
8. 此外，上訴人在香港有刑事犯罪前科，有關之刑事犯罪都是發出在未成年及青少年時期，
9. 上訴人在 1990 年至 2003 年曾觸犯香港刑事條例，分別被科處感化令及監禁；
10. 然而，值得強調的是，有關事實是在 2003 年 12 月 05 日前發生；
11. 換句話說，該行為早已在 15 年前發生；
12. 上訴人脫離犯罪領域已超過 15 年，從那時起，上訴人再沒有因為實施任何罪行而被判刑；
13. 上述刑事犯罪行為是他青年時代作出的，因此，應認為其已為所作出的那些越軌行為承擔了責任和付出了代價；
14. 可見，上訴人自 2003 年起，再沒有觸犯任何刑事法律。

15. 這樣，對上訴人而言，經過這麼多年的時間，有關定罪應被視為可被忽略的定罪，如同上訴人已經沒有刑事紀錄一樣；
16. 上訴人不能因在 2003 年前所作出的行為而受到損害，而且為著所有的法定效力，該事實已失效；
17. 因此，行政當局在審批上訴人的居留申請時，不應無限期地考慮上訴人在香港已過時的刑事紀錄，使上訴人喪失了重返社會的可能性。
18. 這亦是有違法律的根本精神。
19. 故此，行政當局依據香港的法律，在審批的過程中考慮已過時的犯罪紀錄，對上訴人而言，明顯屬於適用法律之事實前提錯誤(在適用第 4/2003 號法律第 9 條規定)。
20. 由於適用法律之事實前提錯誤導致違反法律之瑕疵，按照《行政程序法典》第 124 條之規定，被上訴當局之決定應予以撤銷。
21. 此外，當第 4/2003 號法律第 9 條 1 款及 2 款 1 項提到，為著批給在澳門特別行政區居留許可的效力，應尤其考慮“刑事犯罪前科、經證實不遵守澳門特別行政區法律，或本法律第 4 條所指任何情況之因素”時，法律賦予行政當局真正的自由裁量權，
22. 正如以上數條所述，上訴人在香港有刑事犯罪前科紀錄，但有關犯罪行為已在 15 年前發生，且有關刑事違法行為屬相當輕微之罪行，而上訴人之後再也沒有任何違法行為。
23. 就“規定在入境、逗留和居留許可制度”之第 4/2003 號法律而言，其所著重的是澳門特別行政區居民公共秩序和安全。
24. 換句話說，所需考慮的是給予上訴人居留許可是否可能具體地給澳門公共秩序和安全帶來危險，
25. 正如保安司司長於 2018 年 10 月 12 日作出的批示，按照治安警察局出入境事務廳第 300111/CESMFR/2018P 號報告書上所載之意見中指出，上訴人所犯的罪行對本地區的公共秩序和安全構成威脅，且對其今後遵守澳門法律缺乏信心。
26. 在本案中，根據經證明的事實能否就認為符合以上所述的對澳門的公共秩序和安全構成威脅這些前提要件？
27. 威脅澳門的公共秩序和安全這一概念的含義未確定，其含義可受社會特定時期的情況影響，且有待對特定的具體情況作主觀性及評價性的審查。這亦是行政當局可自由決定的領域，
28. 立法者賦予行政當局相當大的自由決定空間，
29. 然而，在自由決定空間所作的決定絕不能違反行政法的基本原則，當中包括《行政程序法典》第 5 條規定的適度原則。
30. 適度原則是指，當行政當局的決定和私人受法律保護的權益有衝突時，對於要達到的目的來說，所損害的權益應是適當及適度的。
31. 也就是說，要求對由具體行為所追求及犧牲的物質、利益或價值進行考慮和比較。
32. 在本案中，上訴人除了在香港有“刑事犯罪前科”，再沒有其他反映上訴人負面情況下，不能以此事實就認為存在對澳門的公共秩序和安全構成威脅。
33. 上訴人在香港有“刑事犯罪前科”，但有關犯罪行為已在 15 年前發生，而且，上訴人之後再也沒有任何違法行為。
34. 這樣，以威脅澳門公共秩序和安全為理由，禁止一名在 15 年前，年少時所觸犯違法行為，之後努力改過重新做人，再沒有其它犯罪紀錄的香港人申請在澳居留，明顯違反了適度原則中受損利益與追求目的之間所需的平衡，以及方法與目的之間的適當關係，
35. 根據已證明以上事實，儘管上訴人有刑事紀錄，且已是多年前所實施的罪行，但其情況不至於如保安司司長批示所述，對澳門的公共秩序和安全構成威脅。
36. 上訴人的行為並沒有違反第 4/2003 號法律背後的精神。
37. 假設有關罪行是在澳門發生，在經過這麼長的時間後，即會自動產生法律上的恢復權利，其效果亦是取消刑事紀錄內的有關內容。
38. 值得一提的是，被上訴實體不能證實上訴人存有不遵守澳門法律規定的情況。
39. 而最重要的是，被上訴實體在作出被上訴行政行為時，沒有以有關事實作為考慮的依據。
40. 在這些情況下，不給予居留許可予上訴人，其權利明顯受到不適當的限制。
41. 當《行政程序法典》第 5 條規定的適度原則被明顯違背時，導致違反法律的瑕疵，依據《行政

被訴實體就有關上訴作出答覆，有關內容載於卷宗第 33 至 38 頁，在此視為完全轉錄。

檢察院認為應判處司法上訴人之上訴理由不成立，有關內容載於卷宗第 49 至 51 背頁，在此視為完全轉錄<sup>2</sup>。

---

訴訟法典》第 21 條 1 款 d) 項規定及《行政程序法典》第 124 條的規定，有關的行政行為應被撤銷。

42. 綜上所述，被上訴實體的批示存在欠缺說明理由，錯誤適用法律(違反第 4/2003 號法律第 9 條 2 款 1 項之規定)及違反《行政程序法典》第 5 條規定的適度原則，而根據《行政程序法典》第 124 條的規定，被上訴行為為可撤銷行為，

43. 因此，根據《行政程序法典》第 125 條第 2 款規定，請求撤銷被上訴行為。

<sup>2</sup> 檢察院之意見如下：

Na petição inicial, o recorrente solicitou a anulação do despacho em escrutínio, assacando-lhe a falta da fundamentação, a errada aplicação do disposto na alínea 1) d o n.º 2 do art.9º da Lei n.º4/2003 e a ainda violação do princípio da proporcionalidade consagrado no art.5º do CPA.

\*

Exarado na Informação Complementar n.º300111/CESMFR/2018P (doc. de fls.68 a 69 do P.A.), o despacho *in quaestio* determinou a indeferimento do requerimento de autorização de residência temporária apresentado pelo recorrente, declarando expressa e inequivocamente “nos termos e com os fundamentos do parecer constante desta informação.”

A frase “nos termos e com os fundamentos do parecer constante desta informação” equivale à declaração de concordância com os fundamentos exposto no referido parecer. Nesta medida e por força do n.º1 do art.115º do CPA, tal parecer faz parte integrante desse despacho recorrido que acolheu e incorporou em si os fundamentos do parecer.

Note-se que a jurisprudência brilhante e autorizada inculca (a título do direito comparado, cfr. Acórdão do STA no Processo n.º44302): A fundamentação é um conceito relativo que depende do tipo legal do acto, dos seus termos e das circunstâncias em que foi proferido, devendo dar a conhecer ao seu destinatário as razões de facto e de direito em que se baseou o seu autor para decidir nesse sentido e não noutro, não se podendo abstrair da situação específica daquele e da sua possibilidade, face às circunstâncias pessoais concretas, de se aperceber ou de apreender as referidas razões, mormente que intervém no procedimento administrativo impulsionando o itinerário cognoscitivo da autoridade decidente.

Em esteira, não podemos deixar de concluir que não se verifica *in casu* a arrogada falta de fundamentação, na medida em que o sobredito parecer indica, de maneira clara e absolutamente cognoscível, as razões de facto e de direito do indeferimento titulado pelo despacho em causa.

\*

Repare-se que na alínea 1) do n.º2 do art.9º da Lei n.º4/2003, exige o legislador propositadamente que se deva atender, para efeitos de concessão da autorização de residência, antecedentes criminais, comprovado incumprimento das leis da RAEM ou qualquer das circunstâncias referidas no art.4º desta Lei. O que evidencia seguramente que em bom rigor, são mais exigentes os requisitos da autorização de residência.

A interpretação gramática conduz a que os três grupos de circunstâncias – antecedentes criminais, comprovado incumprimento das leis da RAEM, qualquer das referidas no art.4º desta Lei – sejam reciprocamente paralelas e independentes e, assim, sejam também alternativas.

1. No que concerne ao disposto na alínea 1) do n.º2 do art.9º da Lei n.º4/2003, na qual exige o legislador a propósito que sejam atendidos os antecedentes criminais para efeitos de concessão da

---

autorização de residência, os doutos TSI e TUI vem constante e firmemente sedimentando que os antecedentes criminais, só por si, constituem fundamento virtuoso para indeferimento de requerimento da autorização da residência.

Bem, não se descortina, na nossa óptica, qualquer exceção a esta orientação jurisprudencial, tendo a qual como *ratio* axiológica a ideia de que os tribunais devem respeitar pelos esforços e empenhos dedicados pela Administração em defender e prosseguir o eminente interesse público traduzido na segurança e tranquilidade públicas da RAEM.

2. No nosso prisma, é inteiramente válida no actual ordenamento jurídico a prudente jurisprudência que proclama «O pedido de fixação de residência em Macau formulado por um cidadão de Hong Kong ao abrigo do art.16.º do Decreto-Lei n.º55/95/M,... pode ser indeferido nos termos da alínea a) do art.20.º do mesmo diploma legal, caso ele tenha tido antecedentes criminais nessa Região vizinha.» (cfr. Acórdão do TSI no Processo n.º210/2002)

3. Para os devidos efeitos, subscrevemos a sagaz tese, no sentido de que “A autoridade administrativa é livre de retirar as consequências de uma condenação, ainda que suspensa na sua execução e decorrido já o período de suspensão, bem como de uma investigação criminal, ainda que arquivada por prescrição, para avaliação de uma personalidade em vista dos fins perspectivados, sendo de relevar os interesses referentes à defesa da segurança e ordem públicas.” (vide. Acórdão do TSI no Processo n.º315/2004)

Por maioria da razão, temos por inquestionável que para os efeitos contemplados na alínea 1) do n.º2 do art.9º da Lei n.º4/2003, o decurso do longo tempo depois de última condenação nunca pode valer mais do que a prescrição do procedimento penal, visto que esta última prescrição pode determinar, consoante a fase processual, o arquivamento do inquérito, a extinção da instância ou a absolvição da acusação.

4. Com efeito, a jurisprudência uniforme dos TUI e TSI assevera que a reabilitação, judicial ou *ipso iure*, não impede a Administração de recusar os pedidos de autorização de permanência ou residência em Macau com fundamento em antecedentes criminais. O que nos dão a conta os doutos acórdãos do TUI nos processos n.º36/2006, n.º76/2012 e n.º123/2014, do TSI designadamente nos processos n.º305/2005, n.º741/2007, n.º766/2011, n.º394/2012, n.º340/2013 e n.º827/2014.

5. Seja como for, convém ter sempre presente que «第 4/2003 號法律第九條規定行政長官或經授權的司長得批給在澳門特別行政區居留的許可，且規定批給時應考慮各種因素，當中包括申請人的犯罪前科，即使上訴人的犯罪已逾若干年數，且判刑亦未見嚴厲，但該犯罪記錄仍不失為一犯罪前科，並可作為批准外地人居留澳門的考慮因素的事實性質。」 (cfr. Acórdão do TSI no Processo n.º244/2012)

6. De qualquer modo, encontra consolidada a inculca que «在家庭利益和國家安全利益有衝突時，毫無疑問必須以國家利益為優先考慮。在本個案，上訴人主張的家庭團聚和共同生活的利益遠不能凌駕澳門特別行政區內部安全的利益，因此，立法者在 4/2003 號法律已明示賦予執法的行政當局在考慮非澳門居民申請在澳門居留時必須考慮的因素，當中包括申請人的犯罪前科。」 e «雖然上訴人提出的居留許可聲請被否決，但毫無疑問，有關被上訴的行政行為明顯是為了謀求公共利益，尤其為確保公共安全及社會穩定，因此上訴人的個人利益應當給予讓步。」 (vide Acórdãos do TSI nos Processos n.º787/2011 e n.º570/2012)

7. Recorde-se que os Venerandos TUI e TSI consolidam a jurisprudência de que o n.º2 do art.9º da Lei n.º4/2003 confere verdadeiro poder discricionário à Administração, cuja avaliação e valorização de antecedentes criminais são judicialmente insindicáveis, salvo se padeçam de erro manifesto ou total desrazoabilidade. (a título exemplificativo, Acórdãos do TUI nos Processos n.º38/2012 e n.º123/2014, do TSI nos n.º766/2011, n.º570/2012 e n.º356/2013)

8. Perfilhamos a iluminativa teoria que assevera: “É hoje um dado assente por toda a doutrina que o princípio da proporcionalidade em sentido amplo se desdobra em três máximas ou três subprincípios” (Lino Ribeiro, José Cândido de Pinho: Código do Procedimento Administrativo de Macau Anotado e Comentado, p.91), e a intervenção do juiz na apreciação do respeito do princípio da proporcionalidade, por parte da Administração, só deve ter lugar quando as decisões, de modo intolerável, o violem (cfr. Acórdão do TUI no Processo n.º46/2018).

\*

## 二. 訴訟前提

本院對此案有管轄權。

本案訴訟形式恰當及有效。

訴訟雙方具有當事人能力及正當性。

不存在待解決之無效、抗辯或其他先決問題。

\*

## 三. 事實

根據卷宗及附隨之行政卷宗的資料，本院認定以下事實：

1. 司法上訴人為一名香港永久性居民，持有編號...之香港永久性居民身份證。
2. 於 2018 年 03 月 19 日，司法上訴人與澳門居民 **B** 於澳門民事登記局登記結婚，結為夫婦。
3. 司法上訴人妻子 **B** 在澳門擁有物業，每月需要償還樓宇貸款。
4. 於 2018 年 03 月 28 日，司法上訴人向澳門治安警察局提出居留許可之申請，申請在澳居留之目的為與配偶團聚。
5. 於 2018 年 07 月 31 日，司法上訴人收到澳門治安警察局出入境事務廳於 2018 年 07 月 30 日作出的通知（編號

---

Voltando ao vertente caso, vemos que o despacho impugnado, só por si, evidencia que a Administração visa propositadamente a prosseguir os superiores interesses públicos que se traduzem a prevenir perigo para a segurança e ordem públicas da RAEM, por isso não se descortina assim nenhum desvio do objectivo da Lei n.º4/2003.

Avaliando os quatro antecedentes criminais de acordo com a regra de que prevenir vale mais que remedir, e atendendo a que o recorrente seja residente permanente de Hong Kong, temos por concludente que o despacho recorrido não eiva de manifesto erro ou total desrazoabilidade, daí não ofende o princípio da proporcionalidade.

Chegando aqui e em síntese, resta-nos concluir, com sossego, que o despacho em questão é irrefutável, sendo necessariamente insubsistentes todos os dois vícios de violação de lei que lhe foram assacados pelo recorrente, pelo que é infundados o pedido de anulação.

\*\*\*

Por todo o expendido acima, propendemos pela *improcedência* do presente recurso contencioso.

200534/CESMFR/2018P)，指出司法上訴人不但具有“刑事犯罪前科”，而且該等事實表明司法上訴人不是一個遵守法律的人，對其遵守法律缺乏信心，行政當局對其居留申請之審批意向為不予批准，並通知司法上訴人可對有關內容以書面表達意見。

6. 司法上訴人於指定期間內，向澳門治安警察局出入境事務廳提交書面聽證，闡述及解釋其認為不符合第 4/2003 號法律第 9 條第 2 款 1 項有關“刑事犯罪前科”的前提之各種理由，並請求當局不應作出不批准居留許可的決定。
7. 澳門治安警察局人員於 2018 年 08 月 17 日作出報告書編號 300111/CESMFR/2018P，有關內容如下：

“...

1. 關於申請人 A 先生，於 28/03/2018 申請來澳定居，以便與持澳門非永久性居民身份證的配偶 B 團聚一事，我們於 2018 年 07 月 24 日繕寫了第 200534/CESMFR/2018P 號報告書。
2. 由於本廳對該申請之審批意向為“不予批准”；故於 2018 年 07 月 31 日，按照《行政程序法典》第 93 條及第 94 條之規定(書面聽證)，我們將擬不批准之具體理由正式通知了申請人；申請人可在收到通知後的十天內，對建議內容以書面表達意見，詳見聽證通知書第 200534/CESMFR/2018P 號。(P.33)
3. 在書面聽證程序中，申請人遞交了下列文件：  
申請人及配偶的書面陳述，內容謂：“...本人...曾經年少無知犯下的錯! 深深感到後悔! 我呢(這)7、8 年一直係(在)澳門生活...默默學習去適應這個社會，守行為做良好公民。當本人與太太相識至結婚的時間裡，曾經回香港嘗試生活，適應吾到生活節奏，香港已經無親戚朋友，所有的朋友都係澳門，後來太太自己供樓，好辛苦，想幫補下太太一齊

供樓，之後會組織一個家庭，生兒育女，但一直未能有穩定收入，所以不敢有這個念頭，本人所以需要澳門身份證，去搵一份穩定工作，做好一位丈夫應有的責任...。(P.32)

係(在)我出世之後爸爸、媽媽就離婚了!所以無人照顧我，我只係見過爸爸一、兩次，媽媽就將我送去奶奶度一齊生活。之後再無見過媽媽，媽媽同令(另)一個新家庭一齊生活，我就同年長 70 幾歲的奶奶生活了，令我係(在)童年失去母愛，及無番(上)過學無受過教育，奶奶過生(身)之後，無人再照顧我，我當時只得 12 歲左右，所以先會誤入歧途，犯下所有不該犯的錯!

我同太太都係自己一個人係(在)澳門，我又無親屬，太太又無親屬，係呢(在這)個無人照顧雙方的情況下，我們相識左(了)，再次懇求給二人一個互相照顧的機會...。(P32 背頁)

您好!本人 B 是申請人太太。在與申請人生活期間他是位盡責的丈夫，勤奮好學，會與我分享生活每一點一滴，在生活上能無微不至照顧我，令我感到有家庭溫暖，由細到大我最缺少家庭溫暖，好想再一次擁有家庭溫暖，所以懇求能給申請人一個重新投入工作的機會...。(P.32 前頁)

- 申請人配偶的澳門工作證明。(P.31)
- 物業登記書面報告，內載一單位的業權人為申請人配偶。(P.30)
- 申請人配偶的樓宇供款借貸合同。(P.27~29)
- 申請人配偶的房屋印花稅-繳納憑單。(P.26)
- 申請人配偶的房屋契約。(P.18~25)

#### 4. 綜合分析本案:

- 申請人在港存有刑事紀錄，曾觸犯【干預汽車及入屋行竊/爆竊罪】、【盜竊及刑事毀壞】、【處理《應課稅品條例》適用的貨品】、【協助及教唆他人轉移文件及阻礙警察辦公】曾被判處接受感化

12 個月及 18 個月、到勞教中心服刑、監禁 6 個月及監禁 14 日等，有關行為對本澳地區公共秩序和治安構成潛在威脅，且對其今後遵守澳門法律缺乏信心，因此，經考慮第 4/2003 號法律第 9 條第 2 款所指各因素，尤其是同款 1 項的規定，故此建議不批准申請人所提出的居留申請。

5. 謹呈上級決定...”。

8. 澳門保安司司長於 2018 年 10 月 12 日在上述報告書內作出以下決定：

“根據載於本報告書意見所述之理由，不予批准”。

\*

#### 四.理由陳述

司法上訴人認為其雖在香港有犯罪前科，但多年來保持行為良好，對澳門治安不構成威脅，故被訴批示欠缺說明理由、錯誤適用法律及違反適度原則。

現在逐一審理有關上訴理由是否成立。

##### 1. 就欠缺說明理由方面：

司法上訴人認為被訴行為沒有履行說明理由之義務，存有形式上之違法瑕疵。

根據《行政程序法典》第 114 條第 1 款 c)項之規定，當作出與利害關係人所提出之要求或反對全部或部分相反之決定之行政行為，須說明理由。

而根據《行政程序法典》第 115 條第 1 款之規定，說明理由應透過扼要闡述有關決定之事實依據及法律依據，以明示方式作出；說明理由亦得僅透過表示贊成先前所作之意見書、報告或建議之依據而作出，在此情況下，該意見書、報告或建議成為有關行為之組成部分。

在本個案中，被訴實體依據澳門治安警察局於 2018 年 08 月 17 日作出報告書編號 300111/CESMFR/2018P，不批准司法上訴人的居留申請，故有關報告書為被訴行為的組成部份。

從已證事實中所轉錄的報告書內容可見，相信任何一個普通人，均能清楚明白不批准司法上訴人居留申請的決定是基於什麼理由而作出的，就是司法上訴人所犯的罪行對本澳的公共秩序及治安構成潛在威脅，且對其今後遵守澳門法律缺乏信心。

申言之，此部份之上訴理由並不成立。

## **2. 就錯誤適用法律方面：**

司法上訴人認為，被訴實體在審批其居留許可申請時考慮已過時的犯罪記錄，錯誤地適用了第 4/2003 號法律第 9 條之規定。

第 4/2003 號法律第 9 條規定如下：

一、行政長官得批給在澳門特別行政區的居留許可。

二、為批給上款所指的許可，尤其應考慮下列因素：

一、 刑事犯罪前科、經證實不遵守澳門特別行政區法律，或本法律第四條所指的任何情況；

二、 利害關係人所擁有的維生資源；

三、 在澳門特別行政區居留之目的及其可能性；

四、 利害關係人在澳門特別行政區從事或擬從事的活動；

五、 利害關係人與澳門特別行政區居民的親屬關係；

六、 人道理由，尤其在其他國家或地區缺乏生存條件或家庭輔助。

三、利害關係人在澳門特別行政區通常居住是維持居留許可的條件。

第 5/2003 號行政法規第 15 條第 1 款 3)項規定如下：

一、 居留許可的申請書，須附同下列文件：

.....

(三) 澳門特別行政區刑事紀錄證明書，以及申請人最近居住的國家或地區有權限部門簽發的刑事紀錄證明書或同等性質的文件；

終審法院及本院在不同卷宗中亦多次強調<sup>3</sup>，刑事記錄被取消並不妨礙行政當局以申請人有犯罪前科為由不批准有關居留許可申請。而有關決定屬行政當局的自由裁量權範圍，故相關決定只有在出現權力偏差、明顯的錯誤或絕對不合理的情況下才受司法監督審查。

就同一法律觀點，終審法院及本院均在不同的卷宗中已多次強調<sup>4</sup>。

在本個案中，沒有出現被訴實體在行使有關自由裁量權而作出不批准司法上訴人之居留許可之決定存有權力偏差、明顯的錯誤或絕對不合理的情況。

申言之，有關上訴理由並不成立。

### 3. 就違反適度原則方面：

根據《行政程序法典》第5條第2款之規定，“行政當局之決定與私人之權利或受法律保護之利益有衝突時，僅得在對所擬達致之目的屬適當及適度下，損害該等權利或利益”。

上述原則的出現是為了避免行政當局在行使自由裁量權中濫權，不當及過度地損害市民的合法權益。

雖然司法上訴人因此未能獲得居留許可，但這些個人利益與公共利益相比，就顯得相對渺小了。

---

<sup>3</sup> 見終審法院分別於 2007 年 12 月 13 日、2012 年 12 月 14 日及 2015 年 01 月 28 日在卷宗編號 36/2006、76/2012 及 123/2014 作出之裁判書，以及中級法院分別於 2006 年 05 月 25 日、2008 年 07 月 17 日、2012 年 07 月 26 日、2013 年 02 月 21 日、2013 年 12 月 05 日及 2015 年 11 月 19 日在卷宗編號 305/2005、741/2007、766/2011、394/2012、340/2013 及 827/2014 作出之裁判書。

<sup>4</sup> 見終審法院分別於 2012 年 07 月 31 日、2012 年 05 月 09 日、2000 年 04 月 27 日及 2000 年 05 月 03 日在卷宗編號 38/2012、13/2012、6/2000 及 9/2000 作出之裁判書，以及中級法院分別於 2012 年 07 月 05 日、2011 年 12 月 07 日及 2011 年 06 月 23 日在卷宗編號 654/2011、346/2010 及 594/2009 作出之裁判書。

事實上，眾所周知，司法上訴人所犯的罪行對社會治安帶來風險，故行政當局作出有關決定以維護澳門的公共安全與秩序是無可非議的。

\*

### 五.決定

綜上所述，裁判本司法上訴不成立，維持被訴行為。

\*

訴訟費用由司法上訴人承擔，司法費定為 8UC。

作出適當通知及採取適當措施。

\*

2020 年 05 月 07 日

何偉寧

簡德道

唐曉峰

米萬英